



SENADO FEDERAL

MENSAGEM

Nº 71, DE 2012

(nº 369/2012, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor RICARDO NEIVA TAVARES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Italiana, e, cumulativamente, junto à República de San Marino e à República de Malta.

Os méritos do Senhor Ricardo Neiva Tavares que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 15 de agosto de 2012.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com uma letra inicial grande e decorativa, provavelmente do Presidente da República.

00001.004423/2012-31

EM nº 00235/2012 MRE

Brasília, 2 de Julho de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **RICARDO NEIVA TAVARES**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Italiana, e, cumulativamente, junto à República de San Marino e à República de Malta.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **RICARDO NEIVA TAVARES** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

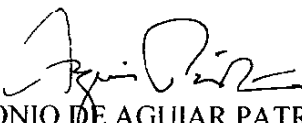
Brasília, 2 de julho de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **RICARDO NEIVA TAVARES**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Italiana, e, cumulativamente, junto à República de San Marino e à República de Malta.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **RICARDO NEIVA TAVARES** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,


ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE RICARDO NEIVA TAVARES

CPF.: 221.191.241-91

ID.: 7729 MRE

1957 Filho de Tullio Tavares e Maria Celi Neiva Tavares, nasce em 16 de agosto, no Rio de Janeiro-RJ

Dados Acadêmicos:

1979 CPCD - IRBr
1984 École Nationale d'Administration/ENA (Promotion Léonard de Vinci), Paris/FR
1985 CAD - IRBr
1997 CAE - IRBr, As Organizações Não-Governamentais nas Nações Unidas: do relacionamento com o ECOSOC à busca de novas áreas de atuação

Cargos:

1980 Terceiro-Secretário
1982 Segundo-Secretário
1987 Primeiro-Secretário
1994 Conselheiro
2001 Ministro de Segunda Classe
2005 Ministro de Primeira Classe

Funções:

1980-85 Divisão da Europa I, Assistente
1985-86 Divisão da Europa II, Assistente
1986-89 Embaixada em Paris, Segundo e Primeiro-Secretário
1989-93 Embaixada em Tóquio, Primeiro-Secretário
1993 Subsecretaria-Geral de Planejamento Político e Econômico, Assessor
1993-95 Secretaria-Geral, Assessor
1995-98 Missão junto à ONU, Nova York, Conselheiro
1998-01 Embaixada em Camberra, Conselheiro
2000 LII Reunião da Comissão Internacional da Baleia, Adelaide, Chefe da Delegação
2001 Departamento Econômico, Assessor
2001-03 Coordenação-Geral de Organizações Econômicas, Coordenador-Geral
2003-06 Assessoria de Comunicação Social, Chefe
2006-08 Gabinete do Ministro de Estado, Assessor Especial
2008 Missão do Brasil junto às Comunidades Europeias, Embaixador
2008 I Reunião do Diálogo Brasil-União Europeia sobre Sociedade da Informação, Bruxelas, Chefe da Delegação
2008 II Reunião do Comitê Diretivo do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica Brasil-União Europeia, Bruxelas, Chefe da Delegação
2009 I Reunião de Altos Funcionários do Diálogo Estruturado sobre Migrações entre a América Latina e o Caribe e a União Europeia, Chefe da Delegação
2009 XXIX Reunião de Altos Funcionários do Mecanismo de Diálogo entre a América Latina e o Caribe e a União Europeia, Chefe da Delegação
2010 Missão do Brasil junto à União Europeia, Embaixador
2010 III Reunião do Diálogo Brasil-União Europeia sobre Sociedade da Informação, Bruxelas, Chefe da Delegação

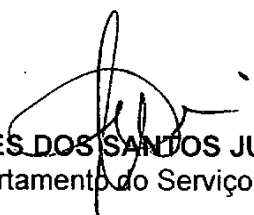
Condecorações:

1985 Ordem Nacional do Mérito, França, Cavaleiro
2003 Ordem Real do Mérito, Noruega, Comendador

2005 Ordem Al Alaoui, Marrocos, Comendador
2006 Ordem da Legião de Honra, França, Oficial
2008 Ordem de Orange Nassau, Países Baixos, Grande Oficial
2008 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz

Publicações:

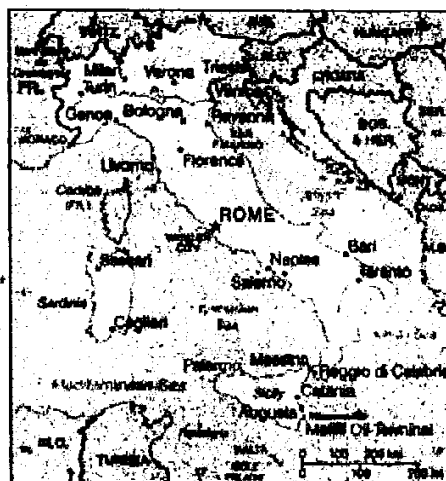
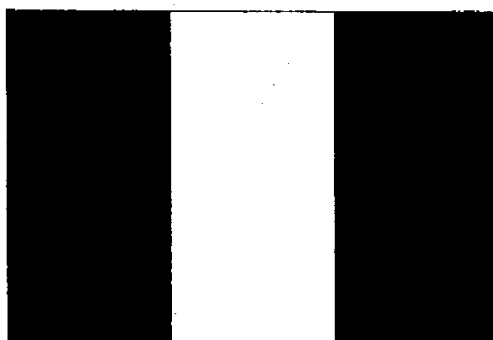
1999 As Organizações Não-Governamentais nas Nações Unidas, Fundação Alexandre de Gusmão/Centro de Estudos Estratégicos, Brasília



JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA ITALIANA



Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Julho de 2012

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República Italiana
CAPITAL	Roma
ÁREA	301.333 km ²
POPULAÇÃO	59,9 milhões (est. 2009)
RELIGIÃO	Catolicismo (mais de 90%)
SISTEMA POLÍTICO	República parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Presidente Giorgio Napolitano (desde mai/06)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Mario Monti (desde nov/11)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Giulio Terzi (desde nov/11)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Gherardo La Francesca (desde ago/09)
EMBAIXADOR EM ROMA	José Viegas Filho (desde abr/09)
PIB (est. 2010)	US\$ 2,051 trilhões
PIB <i>per capita</i> (est. 2010)	US\$ 33,9 mil
PIB PPP (est. 2010)	US\$ 1,908 trilhão
PIB PPP <i>per capita</i> (est. 2010)	US\$ 31,5 mil
MOEDA	Euro (€)

COMÉRCIO BILATERAL (US\$ milhões FOB)

BRASIL ⇒ ITALIA	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012 (1-3Q)
Intercâmbio	4.958,5	5.504,9	6.406,8	7.811,6	9.378,0	6.679,8	9.072,9	11.663,7	1.695,4
Exportações	2.909,0	3.228,7	3.836,4	4.463,7	4.765,1	3.016,2	4.235,3	5.440,9	681,6
Importações	2.049,4	2.276,2	2.570,4	3.348,0	4.612,9	3.663,6	4.837,6	6.222,8	1.013,7
Saldo	859,6	952,5	1.266,0	1.115,7	152,1	-647,5	-602,3	-781,9	-332,1

Fonte: MDIC

DADOS BIOGRÁFICOS

Giorgio Napolitano Presidente da República

Nascido em Nápoles, em 29 de junho de 1925. Casado, pai de dois filhos.

Formação acadêmica:

1947: Graduado em Direito pela Universidade de Nápoles

Atividade profissional e política:

1943: participa dos movimentos de resistência ao nazifascismo na região da Campânia.

1945: ingressa no Partido Comunista Italiano (PCI). Secretário federal em Nápoles e Caserta.

1953-1996: Deputado, reeleito em diversos mandatos, pela circunscrição de Nápoles.

1956: responsável pela Comissão Meridional do Comitê Central do PCI.

1960-1962: responsável pela seção do "Trabalho de Massa".

1963-1966: Secretário da Federação Comunista de Nápoles.

1966-1969: membro da Direção Nacional do PCI. Coordenador dos departamentos de Secretaria e Político do Partido.

1969-1975: responsável pela Política Cultural do PCI.

1976-1979: porta-voz do PCI junto ao Governo Andreotti. Responsável pelos temas de política econômica no PCI.

1981-1986: presidente do grupo parlamentar do PCI na Câmara dos Deputados.

1986: Diretor de política externa e relações internacionais do PCI.

1989-1992: eleito pelo PCI ao Parlamento Europeu.

1989: nomeado Ministro do Exterior do "Gabinete Sombra" do PCI.

1991: participa da fundação do Partido Democrático de Esquerda (PDS).

1992: nomeado Presidente da Câmara dos Deputados.

1996-1998: Ministro do Interior do Governo Prodi.

1999-2004: eleito pelo PDS ao Parlamento Europeu.

23 de setembro de 2005: nomeado Senador vitalício.

10 de maio de 2006: eleito Presidente da República.

Mario Monti
Presidente do Conselho de Ministros (Primeiro-Ministro) e Ministro da
Economia e Finanças

Nascido em 19 de março de 1943, em Varese, foi membro da Comissão Europeia, responsável pelo mercado interno, serviços financeiros e integração financeira, costumes e questões fiscais. Em 1965 graduou-se em Economia na Universidade Bocconi, em Milão.

Além de vários cargos no setor privado (conselhos de empresas como Fiat, Generali, Comit, onde foi vice-presidente de 1988 a 1990), Monti ocupou cargos de destaque em vários comitês governamentais e parlamentares. Em 1995 tornou-se membro da Comissão Santer, assumindo a chefia de mercado interno, serviços financeiros e integração financeira, costumes e questões fiscais da Comunidade Europeia.

Colunista do Corriere della Sera, Monti é autor de numerosas publicações, dedicadas especialmente a questões de economia monetária e finanças, incluindo: "Questões de Economia Monetária" (1969) e "O Sistema Financeiro e de Crédito Italiano" (1982).

Em novembro de 2011, o Presidente da República Italiana, Giorgio Napolitano, nomeou Mario Monti Senador vitalício. Poucos dias depois, na sequência da crise política, econômica e internacional que levou à queda de Silvio Berlusconi, foi nomeado Presidente do Conselho de Ministros.

Giulio Terzi di Santa Agata
Ministro dos Negócios Estrangeiros da Itália

Nascido em 09/06/1946, em Bérgamo (Lombardia).

Graduado em Direito, pela Universidade de Milão, onde especializou-se em Direito Internacional.

Experiência profissional:

1973: ingresso no Ministério dos Negócios Estrangeiros.

1973-1975: atuou no Cerimonial da República, na organização de visitas de delegações italianas ao exterior.

1975-1978: Embaixada da Itália em Paris (Primeiro Secretário, Setor Político).

1978: assessor especial do Secretário-Geral dos Negócios Estrangeiros.

1980-1986: Conselheiro Econômico e Comercial no Canadá.

1986: Cônsul-Geral em Vancouver, durante a "Expo 86".

1987-1989: Ministério dos Negócios Estrangeiros (Direção-Geral de Assuntos Econômicos e Direção-Geral de Pessoal, Chefe de Divisão).

1990-1993: Representação da Itália junto à OTAN (Bruxelas), Conselheiro.

1993-1998: Representação da Itália junto às Nações Unidas (Nova York), Conselheiro, Ministro, Vice-Representante Permanente.

1999-2001: Ministério dos Negócios Estrangeiros (Secretário-Geral Adjunto).

2002-2004: Embaixador da Itália em Tel-Aviv.

2004-2008: Ministério dos Negócios Estrangeiros (Diretor-Geral de Cooperação Política Multilateral e Direitos Humanos, Diretor Político).

2008-2009: Representante Permanente da Itália nas Nações Unidas (Nova York).

Outubro de 2009: Embaixador da Itália em Washington.

16/11/2011: nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo Mario Monti.

POLÍTICA INTERNA

A República Italiana é um Estado unitário de regime parlamentar. O Chefe de Estado é o Presidente Giorgio Napolitano, eleito em maio de 2006 para mandato de 7 anos. O Chefe de Governo é o Presidente do Conselho de Ministros Mario Monti, no cargo desde 16 de novembro de 2011, na condição de líder de um Executivo técnico de transição formado após crise de governabilidade durante a quarta gestão de Silvio Berlusconi. O atual Governo tem como mandato promover uma série de reformas econômicas, financeiras e sociais pactuadas com as instituições comunitárias em Bruxelas, a fim de fortalecer a Itália frente à crise europeia.

Como resultado das eleições de 2008, o Parlamento italiano conta hoje com a presença de seis partidos políticos e de considerável parcela de deputados e senadores pertencentes ao chamado “Grupo Misto” (sem partido). Ideologicamente, os partidos representados são, na centro-esquerda, o Partido Democrático (PD) e o movimento “Italia dei Valori” (IDV); na centro-direita, a Liga do Norte e o “Popolo della Libertà (PDL; o partido do ex-Premiê Berlusconi, formado pela fusão de seu antigo partido “Forza Italia” e da Aliança Nacional, com raízes na extrema direita); e, no centro “moderado”, a “União dos Democratas Cristãos e de Centro” (UDC), o “Futuro e Libertà per l’Italia (FLI, formado pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Gianfranco Fini, após desentendimentos com Berlusconi) e a “Alleanza per l’Italia” (API, uma dissidência do Partido Democrático).

Recentes eleições provinciais demonstraram acentuada queda de popularidade dos partidos de direita. As próximas eleições legislativas, com subsequente escolha dos Chefes de Estado e de Governo, estão previstas para março de 2013.

ECONOMIA E COMÉRCIO

A Itália atravessa momento econômico de complexidade, no contexto da crise que ora afeta a zona do Euro. A economia italiana – que já vinha apresentando desempenho abaixo dos parceiros europeus há anos e uma dívida pública em torno de 120% do PIB – apresentou forte deterioração no contexto de agravamento da crise da zona do euro em fins de 2011, com crescente desconfiança dos agentes econômicos relativa à sustentabilidade fiscal do país e consequente aumento dos juros pagos pelos títulos soberanos italianos.

A seriedade do cenário econômico levou à substituição do então Presidente do Conselho de Ministros, Silvio Berlusconi, pelo economista Mario Monti, em

novembro de 2011. O novo Chefe de Governo, que acumula o cargo de Ministro de Economia e Finanças, levou a cabo, então, amplo pacote de austeridade e reformas, com significativos cortes orçamentários e aumento de impostos.

Passados quase sete meses da posse de Monti, há sinais de recuperação, ainda que insuficientes para acalmar os mercados e afastar a instabilidade econômica. Com reformas nos setores tributário, trabalhista, previdenciário e no financiamento de obras públicas, Monti adotou “guerra declarada” à evasão fiscal e logrou implementar medidas para a simplificação burocrática e liberalização de profissões. Parecem ainda tímidas, porém, as ações para a retomada do crescimento nacional.

Recentes medidas deverão reduzir o consumo interno em 7,6%. Dados oficiais revelam quadro recessivo com previsão de que a carga tributária atinja, em 2012, 45,5% do PIB, cifra sem precedentes. A Confindustria acredita em uma retração do PIB de 1,6%, em 2012, e na manutenção do quadro recessivo em 2013, com possível perda de 800 mil postos de trabalho. A Comissão Europeia prevê crescimento negativo de 1,4% do PIB em 2012 – queda levemente menor do que a prevista pela Economist Intelligence Unit, de 1,9% – e recuperação em 2013, quando a economia italiana deverá crescer 0,4%. A Comissão projeta desemprego de 9,5% neste ano e 9,7% em 2013; inflação de 3,2% em 2012 e 2,3% no ano seguinte; e quedas no déficit público, de 2,0% para 1,1%, e da dívida, de 123,5% para 121,8%, naqueles anos.

Em 2011, o comércio exterior italiano cresceu 16% em relação a 2010, alcançando US\$ 1,04 trilhão. As importações italianas em 2011 aumentaram 15%, atingindo volume de cerca de US\$ 525 bilhões. Seus principais fornecedores foram Alemanha, França, China e Países Baixos. A UE é origem de 53% das importações da Itália. O Brasil está em 22º lugar entre os fornecedores à Itália.

RELACIONAMENTOS BILATERAIS

Brasil e Itália têm longa tradição de relacionamento, com elevado nível de diálogo político, consonância de visões sobre temas da agenda internacional e ampla proximidade social e cultural. Certamente contribuem para tanto o grande número de brasileiros de origem italiana (cerca de 30 milhões, o maior contingente de italo-descendentes fora da Itália), a elevada presença de comunidades brasileiras nas principais cidades italianas e o fluxo turístico de parte a parte (em média, 300 mil brasileiros visitam a Itália a cada ano). Em linhas gerais, as visões políticas entre os dois países são coincidentes em múltiplos temas da agenda internacional, sobretudo na promoção dos valores da democracia, do respeito ao Estado de Direito e dos direitos humanos.

As relações Brasil-Itália mantêm forte dinamismo em áreas tais como cooperação trilateral e comércio e investimentos. A Itália é a terceira maior parceira comercial do Brasil na UE, após a Alemanha e os Países Baixos; uma vez que os PB se acham nessa posição por conta do efeito concentrador do Porto de Roterdã, a Itália se encontra, na prática, na segunda posição entre os países da UE, com corrente total de US\$11 bilhões e exportações brasileiras de US\$5,4 bilhões.

Apesar do dinamismo do quadro geral das relações bilaterais, persistem diferenças de enfoque sobre a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em que a Itália se posiciona de forma contrária às propostas do G4 (Brasil, Alemanha, Índia e Japão). O relacionamento bilateral foi pontuado recentemente por dois temas: o bloqueio das contas das Missões brasileiras no país (os Tribunais de Milão e Siena decidiram em favor do Governo brasileiro e decretaram o fim da penhora) e o caso Battisti.

Não obstante detalhes pontuais, a relação política e econômica é extremamente sólida e produtiva. Os contatos de alto nível prosseguem: a Presidenta Dilma avistou-se com o PM Monti no dia 18/jun passado, em Los Cabos, no México. Registra-se fluxo regular de visitas Ministeriais e há realização constante de missões empresariais, que têm culminado em diversos projetos de investimento no Brasil de capital italiano.

Plano de Ação e Parceria Estratégica Brasil-Itália

Por ocasião do encontro entre o ex-Presidente Lula e o ex-Primeiro-Ministro Berlusconi em abril de 2010, em Washington, à margem da Cúpula de Segurança Nuclear, Brasil e Itália celebraram o Plano de Ação no âmbito da Parceria Estratégica bilateral, lançada em Declaração Conjunta do Presidente Lula e do então Primeiro-Ministro Romano Prodi, quando de sua visita ao Brasil em novembro de 2007.

O Plano prevê uma série de iniciativas para aprofundar o diálogo político bilateral e a cooperação em diversas áreas: espacial, de defesa, econômico-comercial, industrial, financeira, energética, cultural e acadêmica, entre outras. Na esfera política, o Plano prevê um diálogo de alto nível sobre temas relevantes e urgentes da agenda multilateral, com ênfase no compromisso de contribuir de forma positiva para uma reforma abrangente da ONU, inclusive do CSNU.

No documento, ambos os países sublinham a grande importância que atribuem ao diálogo construtivo, institucionalizado e regular entre países em desenvolvimento e desenvolvidos para a moldura de uma nova arquitetura financeira internacional e ressaltam a relevância do G20F como foro de resposta a questões econômicas e de governança financeira internacional. No âmbito regional, os dois países reiteram no documento a importância da Parceria Estratégica entre Brasil e UE na construção de uma ordem internacional multipolar e defendem a retomada das negociações de um Acordo de Associação entre Mercosul e UE, na

expectativa de que se chegue a um entendimento ambicioso, equilibrado e abrangente.

O Plano de Ação também prevê o desenvolvimento de um relacionamento privilegiado na área de defesa, embasado na parceria industrial e na transferência de tecnologia. Na esfera econômico-comercial, o documento registra que Brasil e Itália pretendem utilizar, de forma crescente, suas agências de fomento para estimular os investimentos, a cooperação industrial e o comércio bilateral, no entendimento de que se devem estimular novos mecanismos financeiros para ampliar o acesso ao crédito e incrementar o comércio bilateral.

Assuntos Consulares

O Brasil é o país com o maior número de italo-descendentes fora da Itália, com números estimados entre 28 e 35 milhões de nacionais brasileiros com origem italiana. Os dados mais recentes (2010-11) sobre brasileiros residentes na Itália contabilizam 77 mil nacionais (62 mil sob a jurisdição do Consulado-Geral em Milão e 15 mil no âmbito do Consulado-Geral em Roma).

Representações consulares brasileiras com suas respectivas jurisdições

O Brasil possui dois Consulados-Gerais na Itália – um em Roma, outro em Milão.

Ademais, há consulados honorários em Bari, Florença, Nápoles, Palermo, Bolonha, Gênova, Turim e Veneza.

Programa Ciência Sem Fronteiras

O programa deve levar 6 mil estudantes e pesquisadores brasileiros para a Itália nos próximos 4 anos (400 deverão chegar já a partir de agosto de 2012). O acompanhamento das atividades dos bolsistas será realizada, em coordenação com a CAPES/CNPq e o Itamaraty (por intermédio da Embaixada do Brasil em Roma), pela Secretaria Técnica do CsF na Itália, sediada na Universidade de Bolonha.

A Itália é um dos cinco primeiros parceiros do Brasil no âmbito do Programa CsF. Quatorze reconhecidas universidades e centros de pesquisas públicos e privados (associados à empresa Italia Telecom, proprietária da TIM) da Itália formalizaram sua adesão ao programa.

Cooperação em ciência e tecnologia

A cooperação bilateral em ciência, tecnologia e inovação é regida pelo “Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica” de 1997, em vigor desde 1999. Está previsto no acordo a criação de Comissão Mista Permanente, para

implementar o instrumento e acompanhar o andamento de iniciativas bilaterais em ciência & tecnologia (“C&T”). No Plano de Ação da Parceria Estratégica, as partes se comprometeram a reunir a I Comissão Mista de Cooperação em C&T no segundo semestre de 2010.

Em novembro de 2009, o Grupo de Trabalho sobre C&T reuniu-se no âmbito da IV Reunião do Conselho Brasil-Itália de Cooperação Econômica, Industrial, Financeira e para o Desenvolvimento, quando foram discutidas iniciativas de ação conjunta nas áreas de saúde, telecomunicações, metrologia, pesquisa agrícola, espacial, mecanismos de desenvolvimento limpo, cooperação acadêmica e universitária e biocombustíveis de segunda geração. Houve a aprovação de nove projetos no edital do “Programa Executivo de Cooperação Científica e Tecnológica Brasil-Itália 2008-2010” e a assinatura de convênio entre o Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de C&T e Inovação (CONSECTI) e a Embaixada da Itália em Brasília para realização no Brasil de seminários e outros eventos na área de C&T.

Cooperação técnica

Brasil e Itália celebraram Acordo de Cooperação Técnica em 1972. Ao abrigo desse instrumento, está em execução, desde junho de 2004, “Programa para Prevenção e para o Controle de Incêndios na Floresta Amazônica” (“Amazônia sem Fogo”), em parceria com o IBAMA e o MMA.

Cooperação trilateral

Devido ao sucesso do programa “Amazônia sem Fogo” no Brasil, decidiu-se expandi-lo para outros países da Bacia Amazônica por meio da cooperação trilateral.

Cabe destacar ainda a importância do Projeto de “Apoio à Requalificação do Bairro Chamanculo C”, no âmbito da Estratégia Global de Reordenamento e Urbanização de Assentamentos Informais do Município de Maputo.

Do lado brasileiro, o projeto é patrocinado pelo Ministério das Cidades e pela Caixa Econômica Federal. O projeto tem o apoio da Aliança de Cidades e insere-se na “Estratégia Global de Reordenamento e Urbanização de Assentamentos Informais do Município de Maputo”.

Cooperação descentralizada

O “Projeto 100 Cidades”, ativo desde 2005, é promovido pela Cidade de Turim, pela ANCI (Associação Nacional de Prefeituras Italianas), pela Província de La Spezia, pela UPI (União das Províncias da Itália) e pela FNP (Frente Nacional de Prefeitos – Brasil). Conta com apoio institucional da Presidência da República e do Ministério das

Cidades. O objetivo é apoiar as políticas de descentralização administrativa e democracia participativa do Governo brasileiro, por meio de atividades de cooperação descentralizadas e de valorização das competências das administrações locais italianas e brasileiras. O Programa visa à construção de um quadro de referência institucional e temático, com vistas a facilitar o relacionamento, as parcerias e a coordenação das atividades de cooperação entre os entes locais brasileiros e italianos.

O Programa “Brasil Próximo” visa a apoiar o desenvolvimento local integrado no território, por meio da concertação e da pactuação dos entes federativos. Os eixos trabalhados pela iniciativa são o turismo; o cooperativismo; o desenvolvimento econômico local; e as políticas sociais. São dezenas de projetos em nove regiões brasileiras abarcando mais de sessenta municípios e oito estados brasileiros. Com duração de 2009 a 2011, o projeto foi criado a partir da parceria das regiões italianas da Umbria, Marche, Toscana, Emilia Romagna e Ligúria e conta com apoio institucional e financeiro Chancelaria italiana e dos Governos locais, Estaduais e Federal do Brasil.

Cooperação cultural

Desde a assinatura do Acordo Cultural, em 1958, as relações Brasil-Itália sobre o tema tem ampliado seu escopo e substância. Uma série de atos bilaterais na área cultural foram assinados nas décadas seguintes, sobretudo nos últimos anos, com ênfase especial na área de co-produção cinematográfica, a exemplo dos Acordos sobre Co-Produção Cinematográfica, de 1974, e o Acordo de Cooperação Cultural, de 1997, que veio a substituir o Acordo Cultural de 1958.

“Momento Itália-Brasil”

O Governo italiano tem promovido, no período 2011-2012, o evento cultural “Momento Itália-Brasil”, com a finalidade de valorizar e divulgar a cultura italiana no Brasil. Tal iniciativa se baseia no exemplo do “Ano do Brasil na França” e deve traduzir-se na realização de uma série de atividades artísticas, culturais e de natureza acadêmica. Foram realizadas exposições, concertos, seminários, apresentações teatrais, mostras de cinema e debates.

Cooperação universitária

Entendimentos mantidos entre a Embaixada do Brasil em Roma e a Universidade de Bolonha levaram à criação, em 15/04/11, da Fundação Cultural Ítalo-Brasileira (FIBRA), nos moldes da existente na Espanha com a Universidade de Salamanca, para incentivar e desenvolver atividades formativas, científicas e culturais que promovam o conhecimento da realidade brasileira na Itália. Essa iniciativa se ajusta aos objetivos do Plano de Ação firmado pelos dois Governos, o qual propõe, entre suas prioridades no campo cultural, “a aproximação continuada e o conhecimento recíproco

entre as sociedades brasileira e italiana”, por meio de atividades de difusão da língua portuguesa, da promoção da cultura brasileira na Itália e da cooperação universitária bilateral.

Cooperação espacial

Na Europa, a Itália, juntamente com França, Alemanha e Espanha, é um dos líderes em termos de desenvolvimento tecnológico no campo espacial.

Na visita à Itália do ex-Presidente Lula, em novembro de 2008, foi assinada Carta de Intenções entre AEB e ASI, identificando áreas de interesse mútuo. Entre as áreas identificadas, destacam-se ciências espaciais; observação da Terra; comunicações espaciais; atividades estratosféricas; e educação e capacitação técnica. O instrumento prevê o intercâmbio de técnicos, a organização de seminários, e a cooperação entre institutos e indústrias dos respectivos setores espaciais.

Caso Battisti

O caso Cesare Battisti remonta a 18 de março de 2007, quando o ex-militante dos Proletários Armados para o Comunismo (PAC) foi detido no Brasil, tendo o então Ministro da Justiça da Itália, Clemente Mastella, feito o pedido de sua extradição.

Desde então, os vários desdobramentos do caso incluíram concessão de “status” de refugiado político pelo então Ministro da Justiça Tarso Genro (13/01/2009), parecer do Procurador-Geral da República, Antônio Fernando de Souza, recomendando o arquivamento do processo de extradição (27/01/2009) e recurso da Itália para reverter a decisão de refúgio. Em 18 de novembro de 2009, o STF autorizou a extradição, mas determinou que caberia ao Presidente da República decidir sobre a efetivação da entrega de Cesare Battisti às autoridades italianas.

Em 31 de dezembro de 2010, o Presidente Lula anunciou a decisão de não-extradição, devido à situação particular de Battisti. Durante o processo envolvendo o caso, ocorreram várias manifestações, nos mais diversos níveis, da classe política italiana e da sociedade civil. O Presidente Napolitano dirigiu carta à Presidenta Dilma (13/01/11), na qual anunciou a intenção italiana de impetrar recurso contra a denegação da extradição. A Presidenta Dilma respondeu a referida carta (24/01/11), enfatizando ter sido a decisão presidencial tomada com fundamento em parecer da AGU e reiterando que a denegação não equivalia a juízo de valor sobre o judiciário italiano.

Em 8 de junho de 2011, o STF decidiu pelo não-conhecimento da ação apresentada pelo Governo italiano no sentido de que fosse invalidada a decisão do PR Lula quanto à não-extradição de Battisti.

Bloqueio de contas das Missões brasileiras na Itália

A título de execução de sentenças do Tribunal de Arezzo contra a empresa pública brasileira Valec em causas movidas pela empresa italiana Italplan, os Tribunais de Siena e de Milão decretaram em janeiro e março deste ano a penhora das contas das Missões Diplomáticas e Consulares do Brasil na Itália no banco Monte dei Paschi di Siena (agência romana) e do Banco do Brasil em Milão, em violação do princípio da imunidade de jurisdição, assegurado pelas Convenções de Viena. As medidas provocaram decidida reação do Governo brasileiro, que reclamou o empenho das autoridades italianas para o imediato desbloqueio das contas penhoradas, sob risco de comprometimento das relações bilaterais.

Em resposta, a Farnesina, por intermédio da “Avvocatura Generale dello Stato”, secundou o Estado brasileiro em juízo nas audiências convocadas para tratar do assunto nos Tribunais de Milão, em 08/05/12, e de Siena, em 24/05/12. O Tribunal de Milão acolheu o recurso brasileiro e decretou o fim da penhora, com o desbloqueio imediato das contas no Banco do Brasil.

O Tribunal de Siena suspendeu a penhora com base em “fortes razões jurídicas” no sentido de que as contas são impenhoráveis, mas o processo pertinente ainda não foi concluído. A extinção da penhora pode ser declarada *ex-officio* pelo juiz de Siena caso a empresa Italplan não solicite a continuidade do processo para apreciação do mérito até o final de julho.

Comércio e investimentos bilaterais

Comércio

O intercâmbio comercial bilateral evoluiu de US\$ 6,4 bilhões, em 2006, para US\$ 9 bilhões, em 2010, o que representou aumento de cerca de 30%. Em 2010, o fluxo de comércio bilateral recuperou a queda de 2009 atribuída à crise econômico-financeira internacional e atingiu os mesmos patamares do ano de 2008. Em 2011, o intercâmbio voltou a crescer, atingindo US\$11,6, com déficit brasileiro de US\$ 781 milhões.

A Itália foi o 8º principal parceiro comercial brasileiro em 2011 e o 3º entre os membros da União Europeia. De 2007 a 2011, o intercâmbio comercial cresceu 49%, passando de US\$ 7,8 bilhões, para US\$ 11,6 bilhões, com saldo favorável à Itália.

As exportações brasileiras para Itália são compostas em sua maior parte por produtos básicos (53,6% das vendas em 2011), com destaque para minérios (30%), café (14%), pasta de madeira (9%) e peles (8%). Bens semimanufaturados e manufaturados respondem por 24,0% e 22,4%, respectivamente.

Nas importações, os produtos manufaturados representaram 97,9% do total em 2011, com alto grau de concentração em máquinas, automóveis e farmacêuticos, que representaram 68% das compras brasileiras em 2011.

Investimentos

De acordo com dados do Banco Central do Brasil, os investimentos diretos italianos no Brasil aumentaram 26% em 2008 em relação a 2007, atingindo volume total de US\$ 326 milhões em dezembro de 2008. No ano de 2009, contudo, a Itália investiu US\$ 213 milhões no Brasil, valor 53% menor do que o registrado em 2008 e 22% menor do que o verificado em 2007 (US\$ 259 milhões).

Apesar dessa queda, o Brasil é considerado mercado prioritário para a internacionalização das empresas italianas. Registra-se, a participação de companhias italianas no início do processo de industrialização brasileiro (a Pirelli, por exemplo, celebrou em 2009 os seus 80 anos de presença no Brasil), cujo dinamismo continua até os dias de hoje. Nesse sentido, a FIAT anunciou investimentos na ordem de € 3 bilhões nos próximos cinco anos no Brasil para a renovação de sua unidade em Minas Gerais e para a construção de nova planta em Pernambuco.

O Brasil é destino freqüente de missões empresariais italianas. A missão comercial mais recente, chefiada pela Subsecretária do Ministério dos Negócios Estrangeiros Marta Dassù, teve início no dia seguinte 22 de maio em SP. Foi uma iniciativa conjunta do Ministério do Desenvolvimento Econômico, Farnesina e 16 das 22 regiões italianas. A missão, com duração de uma semana, consistiu de cerca de 250 empresários, majoritariamente de PMEs em áreas tais como C&T e engenharia ambiental. Os empresários realizaram visitas a seis diferentes cidades brasileiras.

Na Itália, os investimentos brasileiros ainda são de proporções médias, e concentram-se no setor bancário (Banco do Brasil), serviços aéreos (TAM), tecnologia da informação (Stefanini IT Solutions), turismo (EMBRATUR), alimentar (Rigamonti Salumificio SpA – parte do grupo JBS – e Minerva), moda (Osklen), máquinas e ferramentas (Sandretto) e refrigeração (Embraco).

Cerca de 585 empresas de origem italiana operam no Brasil. Entre os investimentos anunciados nos últimos anos, destacam-se a renovação da unidade da FIAT em Minas Gerais e a construção de nova planta em Pernambuco (€3 bilhões); a abertura de fábrica de barcos de luxo no Estado de Santa Catarina (Azimut-Benetti), de motocicletas na Zona Franca de Manaus (Ducatti), de processamento de plásticos (Mossi e Ghisolfi) e de siderurgia (Danielli) em

Pernambuco e de energia eólica (ENEL Green Energy) na Bahia, em Pernambuco e no Rio Grande do Norte.

O estoque de investimentos brasileiros na Itália ainda é pequeno. Concentra-se nos setores bancário (Banco do Brasil), serviços aéreos (TAM), tecnologia da informação (Stefanini IT Solutions), turismo (EMBRATUR), alimentar (Rigamonti Salumificio SpA – parte do grupo JBS – e Minerva), moda (Osklen), máquinas e ferramentas (Sandretto) e refrigeração (Embraco).

II Reunião do Mecanismo de Monitoramento de Comércio e Investimentos

A II Reunião do MMCIB ocorreu em Roma, em 22 de abril de 2010, na presença do Secretário-Executivo do MDIC, Ivan Ramalho, e do então Vice-Ministro do Desenvolvimento Econômico italiano (MISE), Adolfo Urso. O Mecanismo – estabelecido em novembro de 2009 na IV Reunião do Conselho Econômico, Industrial, Financeiro e para o Desenvolvimento – foi instituído com o propósito fortalecer as relações econômicas bilaterais, apoiando a troca de informações e de visões entre os setores público e privado dos dois países sobre formas de aprimorar o ambiente de negócios; promover o comércio e os investimentos; e facilitar as transações comerciais bilaterais. Na ocasião, foi assinado Memorando de Entendimento entre MDIC, SUFRAMA, MISE, Associação de Produtores de Motocicletas e Acessórios e Sociedade Italiana para as Empresas no Exterior, com vistas a “fomentar o desenvolvimento econômico e produtivo de empresas italianas do setor de duas rodas no Pólo Industrial de Manaus”.

Conselho Empresarial Brasil-Itália

Por ocasião da visita do ex-Presidente Berlusconi ao Brasil, foi criado o Conselho Empresarial Brasil-Itália, composto por personalidades eminentes do universo empresarial e econômico de ambos os países. O Conselho visa a facilitar a troca de informações econômico-comerciais, bem como discutir novas perspectivas à promoção de investimentos e do comércio bilateral. Ademais, o mecanismo deverá fornecer, na qualidade de porta-voz do setor privado, propostas e sugestões aos dois Governos em preparação às reuniões do Conselho de Cooperação.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há créditos da Itália sob acompanhamento do Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior (COMACE).

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

- 1861 – Reconhecimento do Reino da Itália pelo Império brasileiro.
- 1870 – Início da imigração italiana para o Brasil.
- 1891 – Reconhecimento da República brasileira pela Itália.
- 1902 – O Governo italiano proíbe a emigração subsidiada para o Brasil.
- 1942 – Brasil decreta guerra à Alemanha e Itália.
- 1944 – Embarque do primeiro contingente de tropas da FEB para a Itália; Restabelecimento pleno das relações diplomáticas Brasil-Itália.
- 1965 – Primeira visita ao Brasil de um Presidente italiana (Giuseppe Saragat).
- 1975 – Visita do Chanceler Azeredo da Silveira à Itália (a primeira missão bilateral importante desde 1965, após o que as relações econômicas foram efetivamente dinamizadas).
- 1997 – Visita de Estado à Itália do Presidente Fernando Henrique Cardoso.
- 2000 – Visita de Estado ao Brasil do Presidente Carlo Azeglio Ciampi.
- 2005 – Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Itália (outubro).
- 2006 – I Reunião do Conselho Brasil-Itália de Cooperação Econômica, Financeira, Industrial e para o Desenvolvimento, em Roma.
- 2007 – Visita ao Brasil do Presidente do Conselho de Ministros Romano Prodi (março); II Reunião do Conselho Brasil-Itália, em Brasília.
- 2008 – III Reunião do Conselho Brasil-Itália, em Roma; Visita de Estado à Itália do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (novembro).
- 2009 – Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Itália, para a Cúpula Mundial sobre Segurança Alimentar da FAO, e encontro com o PM Berlusconi; Consultas Políticas Bilaterais e IV Reunião do Conselho Brasil-Itália, em Brasília.
- 2010 – Encontro do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva como Presidente do Conselho de Ministros Silvio Berlusconi em Washington (12 de abril), à margem da Cúpula sobre Segurança Nuclear; visita à Itália do Ministro Nelson Jobim, para participar das celebrações do 65º aniversário do fim da II Guerra (22-27 de abril); visita ao Brasil do PM Silvio Berlusconi (28-29 de junho).
- 2010- Visita ao Brasil do Presidente Silvio Berlusconi (29 de junho).

CRONOLOGIA HISTÓRICA

- 1861 – Unificação da Itália pelo Rei Vitorino Emanuel II da Sardenha e Piemonte.
- 1870 – Anexação de Roma (Papa “prisioneiro no Vaticano”); cidade é declarada capital do Reino da Itália.
- 1914 – I Guerra: Itália, inicialmente neutra, depois se junta aos aliados.
- 1922 – Início da ditadura fascista de Benito Mussolini.
- 1929 – Tratado de Latrão: Papa obtém a soberania da Cidade do Vaticano.
- 1939 – II Guerra: “Eixo” entre Itália, Alemanha e Japão.
- 1943 – Itália é invadida pelos aliados; cai a ditadura de Mussolini; a Itália se rende.
- 1946 – Aprovada, em plebiscito, a instauração do sistema republicano.
- 1951 – A Itália filia-se à CECA (Comunidade Europeia do Carvão e do Aço).
- 1955 – A Itália torna-se membro da ONU.
- 1957 – Criação da Comunidade Econômica Europeia; a Itália é membro fundador.
- 1963 – Formação de um governo de centro-esquerda; Aldo Moro torna-se PM.
- 1972 – Giulio Andreotti torna-se PM, cargo que ocuparia 7 vezes em 20 anos.
- 1978 – Ex-PM Aldo Moro é seqüestrado e executado pela Brigadas Vermelhas.
- 1980 – Atentado a bomba em Bolonha é atribuído a extremistas de direita.
- 1983 – Formação de novo governo liderado por Bettino Craxi (socialista).
- 1984 – Acordo com o Vaticano: a religião católica deixa de ser a oficial do país.
- 1985 – Francesco Cossiga eleito Presidente pelos democratas-cristãos.
- 1987 – Renúncia do PM Bettino Craxi, que é sucedido pelos democratas-cristãos.
- 1993 – Bettino Craxi renuncia à liderança dos Socialistas.
- 1994 – Aliança da Liberdade vence as eleições. Bettino Craxi foge para a Tunísia.
- 1995 – Lamberto Dini lidera governo de tecnocratas.
- 1996 – Coalizão de centro-esquerda vence as eleições. Romano Prodi torna-se PM.
- 1998 – Voto de desconfiança contra Romano Prodi. Massimo D’Alema é PM.
- 1999 – Itália adota o Euro; Carlo Ciampi é eleito Presidente.
- 2000 – Renúncia de Massimo D’Alema; Giuliano Amato assume como PM.
- 2001 – Vitória de Silvio Berlusconi, liderando coalizão de centro-direita.
- 2002 – Lei permite a Berlusconi manter controle de suas empresas no poder.
- 2006 – Vitória, por pequena margem, de Romano Prodi nas eleições gerais.
- 2007 – Derrota de Romano Prodi no Senado; recondução de Prodi ao Governo.
- 2008 – Eleições gerais, com vitória de Silvio Berlusconi.
- 2011 – Comemoração do Sesquicentenário da Unificação Italiana.

ATOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor
Convenção de Imigração e Trabalho	08/10/1921	07/03/1923
Acordo para Incentivar as Relações de Colaboração e Resolver Questões Atinentes ao Tratado de Paz de 10 de fevereiro de 1947	08/10/1949	05/07/1950
Acordo de Investimentos e Coparticipação de Cidadãos e Capitais Italianos em Empresas Brasileiras	05/07/1950	28/04/1952
Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares	25/01/1951	04/09/1952
Convenção sobre Conciliação e Solução Judiciária	24/11/1954	08/08/1957
Acordo sobre Serviço Militar	06/09/1958	15/01/1965
Acordo para a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Especiais	06/09/1958	06/09/1958
Acordo de Cooperação para o Uso Pacífico de Energia Nuclear	06/12/1958	19/04/1963
Acordo sobre Vistos em Passaportes Comuns	21/04/1960	01/06/1960
Acordo de Migração.	09/12/1960	26/02/1965
Acordo para a Consolidação de Compromissos Comerciais Brasileiros.	03/08/1962	03/08/1962
Acordo sobre Direitos Autorais.	06/09/1963	06/09/1963
Acordo para o Estabelecimento de um Mecanismo de Consulta sobre Transporte Marítimo	06/10/1970	06/10/1970
Acordo de Co-Produção Cinematográfica	09/11/1970	04/07/1974
Acordo Complementar para Regularizar os Pedidos de Admissão às Vantagens da Co-Produção Cinematográfica	09/11/1970	04/07/1974
Acordo Complementar para Regularizar a Associação do Co-Produtor Majoritário com Produtor Cinematográfico de Terceiro País	09/11/1970	04/07/1974
Acordo Sanitário para a Importação de Carnes pela Itália	30/10/1972	14/11/1972
Acordo Básico de Cooperação Técnica	30/10/1972	30/05/1980
Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda	03/10/1978	24/04/1981
Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial	18/10/1982	28/08/1984
Tratado sobre Cooperação Judiciária em Matéria	17/10/1989	01/08/1993

Penal.		
Tratado Relativo à Cooperação Judiciária e ao Reconhecimento e Execução de Sentenças em Matéria Civil	17/10/1989	01/06/1995
Tratado de Extradicação	17/10/1989	01/08/1993
Acordo sobre Cooperação no Domínio do Turismo	11/12/1991	26/07/1995
Acordo de Cooperação Cultural	12/02/1997	09/10/1998
Acordo de Cooperação na Luta Contra o Crime Organizado e o Tráfico de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas	12/02/1997	15/05/1998
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica	12/02/1997	19/03/1999
Acordo-Quadro de Cooperação Econômica, Industrial e para o Desenvolvimento	12/02/1997	25/09/1998
Acordo sobre Cooperação em Defesa	11/11/2008	17/06/2011
Tratado sobre Transferência de Pessoas Condenadas	27/03/2008	O Tratado entrará em vigor 30 dias após a troca de instrumentos de ratificação, com vigência indeterminada. EM 168, de 12/05/2008.
Acordo sobre Cooperação em Defesa	11/11/2008	Em processo de promulgação.
Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes Residentes do Pessoal Diplomático, Consular e Técnico-Administrativo	11/11/2008	Em tramitação
Acordo de Co-produção Cinematográfica	23/10/2008	Em tramitação

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DE SAN MARINO



Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Julho de 2012

DADOS BÁSICOS

CAPITAL:	San Marino
ÁREA:	61,16 km ²
POPULAÇÃO (2010):	31.851
IDIOMAS:	Italiano
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Católica
SISTEMA POLÍTICO:	República parlamentar
CHEFES DE ESTADO:	Capitães-Regentes Maurizio Rattini e Italo Righi no período 1/4-1/10/12
CHEFIA DE GOVERNO:	Exercida pelos integrantes do Congresso de Estado (dez Secretários de Estado), sob a presidência dos Capitães-Regentes
CHANCELER:	Antonella Mularoni, Secretária de Estado de Negócios Estrangeiros e Políticos (desde 3/12/2008)
PIB (2010)	US\$ 1,662 bilhão – PPP
PIB PER CAPITA (2010):	US\$ 52.180 – PPP
EMBAIXADOR DE SAN MARINO NO BRASIL	Filippo Francini (não-residente)
EMBAIXADOR DO BRASIL EM SAN MARINO	José Viegas Filho (não-residente)

Balança comercial bilateral (US\$ milhões):

BRASIL ⇒ SAN MARINO	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Exportações	0,015	0,007	0,353	0,093	0,227	0,311	0,031	0,029
Importações	4,262	4,517	4,286	2,534	2,841	3,682	4,809	6,003
Saldo	4,277	4,524	4,639	2,627	3,068	3,993	4,840	6,032
Superávit / Déficit do Brasil	-4,247	-4,51	-3,933	-2,441	-2,614	-3,371	-4,778	-5,974

Fonte: ALICEWeb (últimos dados disponíveis)

POLÍTICA

O rompimento dos vínculos feudais com o bispo de San Leo, no século XIV, assinala o início da vida independente de San Marino, que teve sua soberania reconhecida pelos Estados Pontifícios na mesma época. Durante a Baixa Idade Média e o Renascimento, San Marino criou instituições peculiares de auto-governo, as quais, no entanto, sofreram, a partir do século XVIII, uma progressiva metamorfose na direção de um regime aristocrático, com a predominância das famílias patricias. Tal situação perdurou até 1906, quando o "Aréngo", a assembleia dos chefes de família, iniciou o processo de modernização democrática do país.

A independência do pequeno Estado foi diversas vezes ameaçada ao longo de sua história. Por três vezes San Marino esteve sob ocupação estrangeira: a primeira, em 1503, por obra de César Bórgia, *condottiere* italiano que estendeu seus domínios sobre a região da atual Emilia-Romagna; a segunda, em 1739, quando o cardeal Giulio Alberoni tentou anexar a república aos Estados Pontifícios; e, por fim, em 1944, durante poucas semanas, quando tropas alemãs em retirada, acossadas pela ofensiva dos aliados, ocuparam o território samarinês.

À época da unificação italiana, em meados do século XIX, San Marino constituiu um refúgio seguro para muitas das personalidades comprometidas com o *Risorgimento*. O apoio prestado a Garibaldi permitiu a negociação e obtenção de garantias quanto à manutenção do status independente de San Marino em face da Itália unificada. Tal situação foi, posteriormente, referendada por tratado de amizade celebrado com o Estado italiano.

De 1926 a 1943, San Marino conheceu um regime de inspiração fascista, responsável pela tutela dos interesses da classe empresarial e das famílias patricias. Apesar disso, o país permaneceu neutro durante a Segunda Guerra Mundial. Durante o conflito, acolheu mais de cem mil refugiados, o que lhe granjeou a antipatia dos regimes do Eixo.

No pós-guerra, alternaram-se governos de esquerda, capitaneados pelo Partido Comunista Samarinês, e governos de centro, liderados pelo Partido Democrata-Cristão Samarinês. A existência de administrações de esquerda deu origem, durante o período, a tensões com o resto da Europa e, em particular, com a Itália.

Em 1957, uma breve, conquanto séria, crise política levou à coexistência de dois Governos. A crise, que se inseria no contexto da Guerra Fria, solucionou-se após um mês. A ela se seguiu um longo período, de vinte anos, de Governos de centro.

Em tempos recentes, San Marino promoveu reformas políticas de caráter modernizador, introduzindo o voto feminino, em 1960, e incorporando garantias aos direitos fundamentais e às liberdades públicas, por meio de legislação aprovada em 1974.

A partir de 2000, tem-se verificado um período de instabilidade política, com freqüentes trocas de Governo. Em seguida às eleições de 2006, formou-se novo Governo, de centro-esquerda, por meio de coalizão que compreendia o Partido dos Socialistas e dos Democratas, a Esquerda Unida e a Aliança Popular. Os temas principais da agenda do Governo diziam respeito às relações econômicas e administrativas com a Itália, à integração com a União Européia e a reformas institucionais.

Depois de dois anos de desavenças internas, porém, a coalizão se desfez e foram convocadas eleições gerais, realizadas em 9 de novembro de 2008. Na ocasião, após reforma eleitoral, concorreram duas listas: a "Reforma e Liberdade" (de centro-esquerda, formada pelo Partido dos Socialistas e Democratas, Democratas de Centro e Esquerda Unida) e o "Pacto por San Marino" (que engloba desde a centro-esquerda à centro-direita, incluindo a Aliança Popular, a Lista da Liberdade, o Partido Democrata Cristão Samarinês e a União Samarinesa dos Moderados). Vitoriosa, com 54,23 % dos votos nas últimas eleições, a coligação "Pacto por San Marino" compôs novo governo, empossado em 3 de dezembro de 2008.

PRINCIPAIS AUTORIDADES

Maurizio Rattini

Capitão-Regente da República de San Marino

Co-capitão Regente desde abril junto com Italo Righi, nasceu em 1949 em San Marino. Já havia exercido a função de Capitão-Regente de outubro de 96 a abril de 97. Afiliado ao Novo Partido Socialista (NPS).

Italo Righi

Capitão-Regente da República de San Marino

Nascido em junho de 1959, é Capitão-Regente de San Marino desde 1º de abril de 2012. Nasceu em Sassofeltrio, na Itália, e pertence ao partido Cristão-Democrata.

Antonella Mularoni

Secretária de Estado de Negócios Estrangeiros e Políticos, Telecomunicações e Transportes

Nascida em San Marino a 27 de setembro de 1961.

Formada em Direito pela Universidade de Bolonha (1986).

1986-1987: Secretária Política do Secretário de Estado (Ministro) das Finanças, Orçamento e Planejamento Econômico.

1987-1990: Diretora do Departamento das Comunidades no Exterior da Secretaria de Negócios Estrangeiros de San Marino.

1989-1990: Representante-Adjunta na Presidência de turno samarinesa do Comitê de Ministros do Conselho da Europa.

1993: Membro fundador do movimento político "Aliança Popular dos Democratas Samarineses".

1993-1998: Membro do Conselho Grande e Geral da República. Presidente do Grupo da Aliança Popular no Conselho. Membro das Comissões Permanentes de Negócios Estrangeiros, Imigração e Emigração, Informações, Transportes e Telecomunicações, Segurança e Ordem Pública, bem como da Comissão de Reforma do Código de Processo penal. Membro do grupo nacional na União Interparlamentar.

2001-2008: Juíza da Corte Europeia de Direitos Humanos. Vice-Presidente da Sessão 2 daquela Corte.

2008: Reeleita, na lista da Aliança Popular, para o Conselho Grande e Geral da República. Nomeada Secretária de Estado de Negócios Estrangeiros e Políticos, Telecomunicações e Transportes.

ECONOMIA

A base da economia de San Marino é o turismo, que responde por mais de 50% do PIB local. Em 2006, mais de 2,1 milhões de turistas visitaram o país. Cerca de 90% do PIB de San Marino concentra-se em seis setores da economia, a saber, industrial, bancário, público, de seguros, de comércio e serviços. As demais atividades econômicas de relevo de San Marino são a intermediação financeira, os setores de eletrônica, da indústria leve, de cerâmica, além da filatelia e da numismática. O setor do comércio tem crescido e hoje ocupa cerca de 12% da economia.

No tocante ao quadro macroeconômico do país, segundo os dados estatísticos mais recentes, constantes da relação apresentada pelo "Ufficio Programmazione Economica e Centro Elaborazione Dati e Statistica", em relação ao orçamento de 2010, San Marino apresentou, em 2008, um crescimento de 1,9% (apesar de as estimativas terem previsto uma retração de 1,1%). Já o ano de 2009 registrou uma acentuada contração do PIB, da ordem de 13% (fonte: relação apresentada pelo "Ufficio Programmazione Economica e Centro Elaborazione Dati e Statistica" com dados do World Economic Outlook de outubro de 2010), devido, sobretudo, à queda dos investimentos atribuída à crise financeira mundial associada ao "escudo fiscal" promovido pelo governo italiano para a repatriação de capital enviado ilegalmente ao exterior. Ainda não foram divulgados dados estatísticos oficiais com relação ao ano de 2010, mas após a queda de 2009, o PIB retrocedeu aos valores registrados em 2005.

O ano de 2010 registrou, segundo o governo e as notícias da imprensa local, os primeiros sinais de recuperação da recessão econômica registrada no ano precedente. As estimativas indicavam, em janeiro de 2011, uma expectativa de retração de 1,1% do PIB em 2010. O governo reforçou as normativas internas do setor financeiro e afrouxou as regras de sigilo bancário, incrementando os mecanismos de combate à lavagem de dinheiro. Todavia, ainda persistem muitas incertezas quanto ao andamento da economia samarinesa no ano corrente. Em boa parte, a retomada do crescimento dependerá do andamento da economia italiana e da demanda interna daquele país, destino de 90% das exportações samarinesas. As relações entre a República de San Marino e a Itália se deterioraram após a aprovação do escudo fiscal (cujos efeitos negativos foram considerados pelas autoridades locais como "devastantes") e se agravaram ulteriormente após algumas declarações do Ministro da Economia da Itália classificando aquele país como "paraíso fiscal e destino de capital ilícito". As arestas criadas também resultam das dificuldades aos cerca de 6 mil cidadãos italianos residentes na Itália que trabalham em San Marino, pois as alterações no sistema de deduções do imposto de renda introduzidas pela lei orçamentária italiana de 2011 penalizam os trans-fronteiriços.

Sobre o mercado consumidor interno, os dados disponíveis indicam que 21,3% da despesa média mensal das famílias do país destinam-se à aquisição de gêneros alimentícios e bebidas. Ademais, 15,3% da despesa média destinam-se à habitação, 10,6% ao transporte, 10,2% a refeições fora de casa e 8,5% às férias.

O sistema financeiro de San Marino conta atualmente com doze bancos, 50 sociedades financeiras e cerca de 30 corretoras de seguros. Os bancos que operam no país estão presentes no território com cerca de 50 sucursais (dados de 2005), com uma média de cerca de 10 empregados por agência. O crescimento significativo registrado no setor bancário e financeiro nos últimos anos e a evolução do país como centro financeiro têm sido acompanhados de progressiva supervisão e regulação do setor, a fim de garantir o equilíbrio e a estabilidade do sistema e, simultaneamente, evitar que seja usado para a lavagem de dinheiro. Depois da assinatura e ratificação da Convenção de Haia, de 1/07/1985, por intermédio da publicação do Decreto nr. 119 de 20/09/2004, a República de San Marino introduziu em seu ordenamento jurídico a legislação sobre trustes (Lei Nº. 37, de 17/03/2005). O sistema financeiro registrou grandes perdas como consequência da fuga, no biênio 2009-2010, de 35% dos depósitos bancários após a aprovação do "escudo fiscal" italiano. O banco central de San Marino aumentou a atividade de vigilância. As entidades financeiras concordam que devem encontrar um novo modelo de "business", que não esteja tão acoplado às rígidas normas de sigilo bancário e estão tentando desenvolver novas estratégias para atração de capital estrangeiro.

No tocante ao sistema tributário de San Marino, tratar-se-ia de estrutura simples, composta de tributos essenciais: impostos diretos com escalonamento progressivo baseado na renda líquida; o imposto proporcional pago por pessoas jurídicas (19% sobre a renda final, determinada como a diferença entre todos os elementos positivos e negativos da receita); impostos sobre renda de pessoas jurídicas auferida no exterior, reconhecido o crédito fiscal relacionado ao que já tenha sido pago no exterior, mesmo na ausência de convenção bilateral a respeito. A situação das finanças públicas de San Marino se agravou no biênio 2009-2010 devido à queda das receitas tributárias. O déficit atual situa-se em cerca de 4% do PIB.

São reduzidas as obrigações dos contribuintes perante a administração tributária no que diz respeito aos impostos sobre a renda, pagos a partir de simples declaração anual, sendo previstas deduções por créditos de imposto pago durante o ano. Entre os impostos indiretos, o mais relevante é o imposto único sobre a importação de bens ou mercadorias, de 17%, salvo determinadas categorias de bens, dependendo de sua destinação e utilização (por exemplo, alíquota de 6% sobre a importação de automóveis). Há ainda impostos sobre registros públicos, selo fiscal, heranças e o registro de hipotecas. Tais impostos são progressivos, proporcionais ou fixados segundo o ato a ser registrado. San Marino inclui-se entre os países com regime de "tributação favorecida", em conformidade com as disposições da Instrução Normativa nº 1.037 da Receita Federal do Brasil, de 4 de junho de 2010.

A crise econômico-financeira mundial, associada a pressões contra o afrouxamento das regras de sigilo bancário, e o escudo fiscal italiano atingiram em cheio a economia de San Marino. Nos últimos dois anos, a legislação samarinesa incorporou uma série de mudanças voltadas ao combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do

terrorismo. Também foram adotados padrões internacionais em matéria de transparência e de colaboração no âmbito econômico e financeiro.

De acordo com especialistas, com a entrada em vigor, em 2010, das novas regras relativas ao setor bancário e à participação no Sistema de Divulgação de Dados do FMI, o país deverá deixar de ser classificado como "paraíso fiscal", mas terá de encontrar novas formas de atrair o capital estrangeiro, uma vez que perdeu um grande fator de competitividade internacional. O governo deverá também implementar mudanças na legislação trabalhista, hoje profundamente rígida quanto à atração de mão-de-obra especializada o que gerou um mercado interno caracterizado pela baixa produtividade e pelos elevados salários (em 2006 o salário médio mensal variava de 1.780 euros a 4.100 euros). A taxa de desemprego aumentou de 3,3% de 2006 para 5% em 2009.

TEMAS ENERGÉTICOS E AMBIENTAIS

No que se refere aos temas energéticos e ambientais, a República de San Marino é parte da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (ratificada em 1994) e da Convenção sobre a Diversidade Biológica. Em setembro de 2009, San Marino adotou procedimentos internos com vistas a preparar sua adesão também ao protocolo de Quioto.

Quando da adoção de seu primeiro Plano Energético Nacional (PEN), relativo ao período 2008-2011, San Marino era "totalmente dependente da importação de energia", não havendo plantas de produção de energia no território da República. A energia elétrica e o gás metano consumidos no país seriam fornecidos pelas empresas italianas Enel e SNAM respectivamente. Ainda de acordo com o PEN 2008-2011, o país pretende tornar-se "a primeira república do mundo com emissão zero de CO²", adotando ações diretas – voltadas à redução do consumo e à utilização doméstica de fontes renováveis – e indiretas – aquisição de energia de fontes renováveis no mercado externo e participação em iniciativas internacionais voltadas à redução da emissão de gases de efeito estufa. Em setembro de 2009, o governo local aprovou a concessão de incentivos fiscais para a realização de reformas em edifícios com vistas ao aumento da eficiência energética, assim como com o propósito de estimular a aquisição de equipamentos para a produção de energia renovável no país.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa reveste-se de importância fundamental para um Estado de dimensões geográficas muito reduzidas, como é o caso de San Marino. Compreensivelmente, as prioridades da Chancelaria samarinesa concentram-se nas relações com a Itália, reguladas por acordo de amizade e boa vizinhança celebrado em 1939.

As relações de San Marino com a União Europeia são disciplinadas por acordo firmado em 1991 e vigente a partir de 2002. Disposições constantes do acordo permitiam a revisão dos seus termos durante os cinco primeiros anos de sua entrada em vigor, mas, diante do silêncio das partes, não se procedeu a nenhuma modificação, o que suscitou críticas por parte de setores do empresariado local. Vigora com a União Europeia um Acordo Monetário, pelo qual San Marino adotou o Euro como moeda oficial e obteve autorização para a sua cunhagem.

Em abril de 2010, San Marino adotou, em matéria alfandegária, a Decisão Nº 1/2010 "Omnibus" do Comitê de Cooperação UE-San Marino. A Decisão Nº1 reconfirma a plena vigência do Acordo com a União Europeia, pelo qual são recepcionados no ordenamento jurídico de San Marino os dispositivos legais referentes à união aduaneira com a UE.

San Marino pertence aos seguintes organismos internacionais: UPU (1927), UNIDROIT (1945), OMPI (1966), OMT (1971), OCDE (1973), UIT (1977), UNESCO (1974), OMS (1980) e OIT (1982). Em 1988 ingressou no Conselho da Europa, cuja presidência exerceu de novembro de 2006 a maio de 2007.

Em 1992, o país foi admitido na ONU e, desde 2006, faz parte da OIPC (Interpol). Em junho de 2010, o Parlamento de San Marino aprovou a ratificação da Convenção das Nações Unidas contra a criminalidade organizada transnacional para prevenir, reprimir e punir o trato de pessoas, em particular de mulheres e crianças, e a ratificação do Protocolo adicional à Convenção das Nações Unidas contra a criminalidade organizada transnacional para combater o tráfico de migrantes por via terrestre, marítima e aérea.

San Marino tem participado do debate sobre a reforma da ONU na qualidade de membro do Grupo "Uniting for Consensus", que propugna por mudanças que divergem das posições assumidas pelo Brasil no âmbito do G4. A atuação de San Marino no que diz respeito à ONU condiz com as preocupações de um pequeno Estado. Por ocasião da abertura dos trabalhos da 65ª Assembléia Geral, em setembro de 2010, a Secretária de Estado Mularoni sublinhou que, "também em um período de forte crise global, como o presente, é extremamente importante o envolvimento dos pequenos Estados, que frequentemente são forçados a pagar um preço muito alto por decisões de que não participam, mas que podem oferecer uma contribuição própria e eficaz na busca de soluções para a saída de uma crise que não está poupando nenhum país".

Segundo informações de DELBRASONU, o delegado de San Marino é atuante e alinha-se, quase sempre, com as posições da Itália. De fato, San Marino assinou recente carta do grupo "Uniting for Consensus", dirigida ao Presidente da Assembléia Geral da ONU, em que aquele grupo critica a iniciativa brasileira de impulsionar a reforma por meio da adoção de uma resolução preliminar.

Por outro lado, o RP samarinês teve papel destacado no movimento de reconhecimento do G-20 como grupo político nas Nações Unidas, o que acabou não ocorrendo em função da oposição dos demais países do G-77 (e que levou o então PGA D'Escoto a afirmar que na AGNU só deveria existir o "G-192").

No plano bilateral, foram estabelecidas, pelo Acordo sobre Relações Consulares, celebrado em 14 de dezembro de 1984, relações oficiais de caráter consular entre o Brasil e San Marino.

Em correspondência de março de 2012 ao Ministro Antonio Patriota, por ocasião do centenário do falecimento do Barão do Rio Branco, a Secretária de Estado (Chanceler) Antonella Muraloni recordou que a primeira visita a San Marino por diplomata brasileiro remonta a 1830, quando esteve no país o Embaixador Visconde Borger de Pedra Branca.

Mais recentemente, em 2002, os dois Governos estabeleceram relações diplomáticas, por troca de Notas entre as respectivas Missões junto às Nações Unidas, e decidiram criar Embaixadas não-residentes.

O Embaixador Adhemar Bahadian foi o primeiro Embaixador não-residente a apresentar, em fevereiro de 2006, cartas credenciais aos Capitães-Regentes da República de San Marino. Naquela oportunidade, fez-se acompanhar do Subchefe de Assuntos Federativos da Presidência da República, Dr. Vicente Trevas, e do Assessor Especial do Presidente, Dr. César Alvarez. Por ocasião da cerimônia de apresentação de cartas credenciais, o então Secretário de Estado de Relações Exteriores samarinês realçou o crescente protagonismo do Brasil no cenário internacional em favor da paz e do progresso e, notadamente, na defesa do combate à fome e à miséria. Sublinhou também o interesse de San Marino em aprofundar o diálogo e a colaboração nas relações bilaterais, destacando as convergências existentes no plano multilateral. Durante o evento, evidenciou-se o interesse de ambos os países em seguir explorando as possibilidades de cooperação, sobretudo no âmbito multilateral, em benefício mútuo.

Em setembro de 2009, o Embaixador José Viegas Filho apresentou cartas credenciais aos Capitães-Regentes de San Marino, em cerimônia que também contou com a presença da Secretária de Estado de Negócios Estrangeiros, Antonella Muraloni, e de outras autoridades do Governo samarinês. Na oportunidade, a Chanceler Muraloni mencionou o freqüente apoio dado por seu Governo a candidaturas de representantes brasileiros em numerosos organismos internacionais, como o ECOSOC e a UNESCO, e sublinhou a intenção de aprofundar as relações bilaterais no âmbito da cooperação – econômica, técnica, social e cultural – e dos investimentos.

Em outubro de 2010, a Embaixada de San Marino em Roma encaminhou à Embaixada do Brasil, por intermédio de carta, propostas de “Acordo de Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos” (APPI) e de “Convenção para evitar dupla tributação sobre a renda” (ADT).

O Brasil não vem assinando APPIs. O Grupo de Trabalho Interministerial formado para examinar o assunto estabeleceu, como diretriz, que a negociação de acordos de investimentos com países de fora da América do Sul somente deverão ocorrer no contexto de acordos de livre-comércio mais amplos, de forma a utilizar o capítulo de investimentos como instrumento para alcançar equilíbrio com os capítulos de bens e de serviços. Nesse sentido, foram retirados do Congresso Nacional os APPIs firmados pelo Brasil na década de 1990.

Em relação a eventual "Convenção para evitar dupla tributação sobre a renda", a Receita Federal brasileira alegou estar legalmente impedida de negociar qualquer ADT com San Marino, tendo em vista que o país está incluído na lista de países com "tributação favorecida" da Instrução Normativa 1.037/2010, e a lei brasileira exige que os investimentos originados ou destinados a países de tributação favorecida sejam sobretaxados. No entanto, a Receita Federal afirmou ter interesse em celebrar acordo de troca de informações tributárias com San Marino, de modo a combinar esforços no combate à elisão fiscal.

O Brasil solicitou o apoio de San Marino à candidatura do Dr. José Graziano da Silva ao cargo de Diretor-Geral da FAO, nas eleições que se realizarão durante a 37ª Conferência daquela Organização, em Roma, no período de 25 de junho a 2 de julho de 2011. Nesse contexto, reiterou-se a solicitação por meio de carta do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Wagner Rossi, encaminhada ao seu homólogo samarinês, Gian Carlo Venturini, referente à candidatura do Dr. José Graziano da Silva.

Temas Consulares

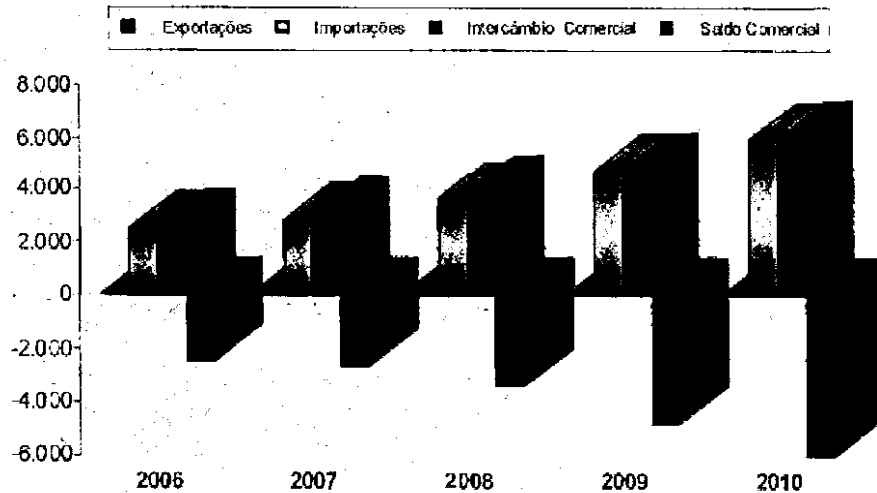
San Marino está sob jurisdição consular do Consulado-Geral em Roma, e possui um consulado honorário na cidade de São Paulo. Não há informações sob brasileiros residentes no país.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há créditos de San Marino sob acompanhamento do Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior (COMACE). Não há, tampouco, registro de créditos vincendos para o país no âmbito do PROEX-Financiamento.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-SAN MARINO **2006 - 2010**

(US\$ mil)



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial com base nas informações do MDIC/SEC/EX/IN/ceweb.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES **ECONÔMICO-COMERCIAIS** **SAN MARINO**

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - SAN MARINO	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
EXPORTAÇÕES (por principais grupos de produtos)						
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	0	0,0%	0	0,0%	17	58,6%
Vestuario e seus acessórios	3	1,0%	19	61,3%	12	41,4%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	0	0,0%	5	16,1%	0	0,0%
Aspirmida e outros aparelhos de uso pessoal	78	25,1%	0	0,0%	0	0,0%
Ferro fundido, ferro e aço	223	71,7%	0	0,0%	0	0,0%
Extratos (aromáticos e essenciais, taninos e derivados)	0	0,0%	2	6,5%	0	0,0%
Subtotal	304	97,7%	26	83,9%	29	100,0%
Demais Produtos	7	2,3%	5	16,1%	0	0,0%
TOTAL GERAL	311	100,0%	31	100,0%	29	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial com base nas informações do MDIC/SEC/EX/IN/ceweb.

Grupos de produtos elaborados em conformidade com a base de dados do MRE/DPR/DIC em 2010.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES **ECONÔMICO-COMERCIAIS** **SAN MARINO**

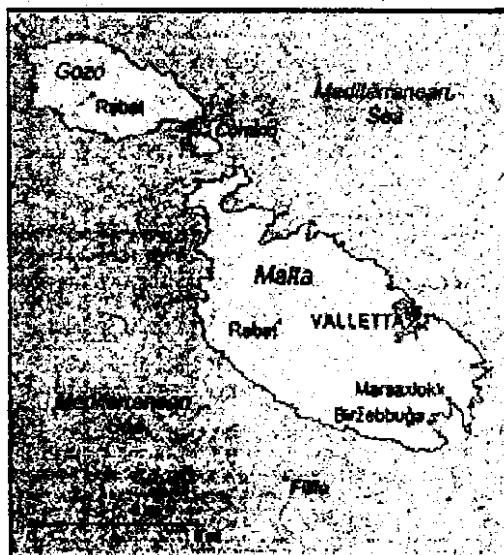
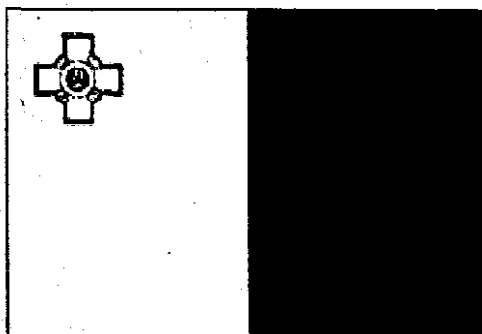
COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - SAN MARINO	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
IMPORTAÇÕES (por principais grupos de produtos)						
Produtos farmacêuticos	3.265	68,4%	4.059	84,4%	5.800	93,3%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	241	5,5%	665	13,8%	277	4,6%
Plásticos e suas obras	166	4,6%	80	1,7%	56	1,0%
Subtotal	3.496	94,9%	4.724	98,2%	5.877	97,9%
Demais Produtos	186	5,1%	89	1,8%	126	2,1%
TOTAL GERAL	3.682	100,0%	4.809	100,0%	6.003	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial com base nas informações do MDIC/SEC/EX/IN/ceweb.

Grupos de produtos elaborados em conformidade com a base de dados do MRE/DPR/DIC em 2010.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DE MALTA



Informação para o Senado Federal
ÓSTENSIVO
Julho de 2012

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS.....	3
PERFIL DO PAÍS.....	7
POLÍTICA INTERNA	7
POLÍTICA EXTERNA	8
ECONOMIA.....	9
RELAÇÕES BRASIL-MALTA	10
COMÉRCIO E INVESTIMENTOS BILATERAIS	12
CRONOLOGIA HISTÓRICA DE MALTA.....	14

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL:	República de Malta
CAPITAL:	Valletta
ÁREA:	316 km ²
POPULAÇÃO:	416 mil habitantes (Banco Mundial, 2010)
IDIOMAS:	Maltês e inglês (oficiais)
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Católica (98%)
SISTEMA POLÍTICO:	República parlamentar
CHEFE DE ESTADO:	Presidente George Abela (desde abril/2009)
CHEFE DE GOVERNO:	PM Lawrence Gonzi (desde março/2004)
CHANCELER:	Ministro Tonio Borg (desde março/2008)
PIB:	Nominal: US\$ 7,45 bilhões (Banco Mundial, 2007) PPP: 9,44 bilhões (Banco Mundial, 2008)
PIB PER CAPITA:	Nominal: US\$ 18.126 (Banco Mundial, 2008) PPP: US\$ 22.968 (Banco Mundial, 2008)
UNIDADE MONETÁRIA:	Euro
EMBAIXADOR DE MALTA NO BRASIL:	Albert Borg Olivier de Puget (residente em Washington), desde maio/2007

COMÉRCIO BILATERAL BRASIL => MALTA (em US\$ mil)

Brasil-Malta	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012 (jan. mar)
Intercâmbio	43.766	64.164	43.968	44.616	61.296	60.268	38.572	75.747	68.063	12.522
Exportação	17.932	48.479	25.868	14.459	27.409	16.163	15.467	30.145	18.646	2.837
Importação	25.834	15.685	18.100	30.157	33.887	44.105	23.104	45.602	49.416	9.685
Saldo	-7.902	32.794	7.768	-15.698	-6.478	-27.942	-7.636	-15.456	-30.770	-6.847

PRINCIPAIS AUTORIDADES

George Abela **Presidente da República**

Nascido em Qormi, em 22/04/1948.

Graduado em Direito.

Atividades profissionais e políticas:

1982-1992: Presidente da Associação Maltesa de Futebol. Representante em comissões da UEFA e da Corte de Arbitragem Esportiva de Lausanne.

1992: Vice-Presidente do Partido Trabalhista Maltês. Conselheiro jurídico do Primeiro-Ministro.

Em diversas ocasiões, foi Diretor do Banco Central de Malta e Diretor-Executivo do Banco de Valletta.

4/4/2009: eleito como 8º Presidente da República de Malta.

Casado, pai de dois filhos.

Lawrence Gonzi **Primeiro-Ministro**

Nascido em Valletta, em 01/07/1953.

Graduado em Direito pela Universidade de Malta (1975)

Atividades profissionais e políticas:

1976-1986: Presidente da "Malta Catholic Action".

1987-1994: Diretor da Comissão Nacional para as Pessoas com Deficiências.

1989-1997: Diretor da Mizzi Organisation.

1998-1992: eleito para o Parlamento. Nomeado Presidente do Parlamento.

1992-1996: reeleito para o Parlamento. Nomeado Presidente do Parlamento.

1993-2004: nomeado Vice-Primeiro-Ministro

1996-1998: reeleito para o Parlamento. Nomeado líder da Oposição, Secretário do Grupo Parlamentar e Ministro-Sombra para as Políticas Sociais.

1998-2003: reeleito para o Parlamento. Nomeado Presidente do Parlamento, Ministro para as Políticas Sociais.

2003: reeleito para o Parlamento. Nomeado Ministro para as Políticas Sociais.

23/03/2004: nomeado Primeiro-Ministro.

2004-2008: exerceu, interinamente, a função de Ministro das Finanças.

Casado, pai de três filhos.

•Tonio Borg
Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros

Nascido em 12/5/1957.

Graduado em Direito pela Universidade de Malta (1979).

Atividades profissionais e políticas:

1978: membro da Executiva do Partido Nacionalista.

1980-1995: jurista, especialidade em casos de direitos humanos.

1990-1995: membro do Comitê Europeu para Prevenção da Tortura.

1992: eleito para o Parlamento (subsequentemente reeleito em 1996, 1998, 2003 e 2008).

1995: nomeado Ministro do Interior.

1998-2008: Ministro do Interior.

2004: nomeado Vice-Presidente do Partido Nacionalista, Vice-Primeiro-Ministro e Presidente do Parlamento.

2008: nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Casado, pai de três filhos.

PERFIL DO PAÍS

Situado no centro do Mediterrâneo, a 97 km ao sul da Sicília e a 290 km da costa norte da África, o país é um arquipélago, das quais as três principais ilhas são Malta, Gozo e Comino. Malta é um dos países mais densamente povoados do mundo, com cerca de 400 mil habitantes em uma área de pouco mais de 300 km².

Malta é conhecida por seus patrimônios da humanidade, principalmente pelos Templos Megalíticos, as estruturas de pedra mais antigas construídas pelo homem e ainda de pé. De acordo com os Atos dos Apóstolos, São Paulo naufragou na costa da ilha, que também é considerada uma localização hipotética para a ilha mítica perdida de Atlântida.

Através dos tempos, a localização de Malta no Mar Mediterrâneo deu ao país uma importância estratégica. Consequentemente, uma série de potências, incluindo os fenícios, romanos, sicilianos, Cavaleiros de São João, franceses e britânicos, dominou as ilhas. Em decorrência da saída da Ordem de São João em 1798, as forças napoleônicas ocuparam Malta até 1800, quando foram expulsas pela Grã-Bretanha. Em 1814, Malta tornou-se formalmente um protetorado britânico. A ilha ganhou independência em 1964 e tornou-se uma república em 1974, permanecendo, no entanto, como parte da "Commonwealth". Malta é membro da União Europeia, à qual aderiu em 2004. O país aderiu ao Acordo Schengen em dezembro de 2007.

POLÍTICA INTERNA

O sistema político maltês é uma República Parlamentarista. O Presidente de Malta, cargo majoritariamente cerimonial, é eleito pelo parlamento por um período de 5 anos. O Parlamento é unicameral e atualmente tem 69 membros, eleitos diretamente pelo sistema de representação proporcional. A última eleição foi em 2008, com maioria do Partido Nacionalista (PN) de Lawrence Gonzi, que obteve apenas um assento a mais que o Partido Trabalhista de Malta (MLP). As próximas eleições gerais acontecerão no máximo em julho de 2013.

De 1971 a 1987, o MLP, partido de esquerda de tendência intervencionista, governou o país. A década de 80 foi marcada por pequenos episódios de violência política, mas a situação se normalizou no começo dos anos 90. A ascensão ao poder do Partido Nacionalista, partido de centro-direita que, desde 1987, está no poder (com a exceção de um período de 22 meses entre 1996 e 1998) levou a uma gradual diminuição do papel do Estado na economia.

O assunto que dominou a política maltesa por mais de uma década foi resolvido no início de 2003, quando o país votou a favor do ingresso na União Europeia. A decisão foi referendada pouco depois, quando o PN, pró-Europa, conseguiu a reeleição contra o MLP, anti-adesão. O status de membro da União Europeia foi recebido em maio de 2004. Um ano depois, o país aderiu ao Mecanismo Europeu de Taxa de Câmbio (ERM-2), estabelecendo paridade da lira maltesa em relação ao euro, moeda local desde janeiro de 2008.

A política maltesa é tradicionalmente polarizada entre dois partidos (PN e MLP), ambos com níveis de apoio aproximadamente iguais na sociedade. As diferenças de visão entre os dois partidos são significativas, e a maior parte do eleitorado tradicionalmente está ligada a um ou ao outro. Com exceção da questão da UE, as posições dos partidos têm se aproximado desde meados da década de 1990.

POLÍTICA EXTERNA

A neutralidade militar faz parte da constituição de Malta. O MLP é historicamente um forte defensor da neutralidade e foi responsável pela adesão do país ao Movimento dos Não-Alinhados. Além disso, Malta tem um acordo de defesa bilateral com a Itália para a garantia de sua neutralidade. Após a vitória do MLP em eleições em 1996, o governo deixou de participar do programa de Parceria pela Paz financiado pela OTAN. Em 2009, Malta segue como o único país europeu não participante. As forças armadas de Malta contam com aproximadamente 1.500 militares, que representam 3% do emprego no setor público.

Os ajustes econômicos decorrentes da adesão à União Europeia ainda estão em andamento, uma vez que o efeito da remoção de barreiras tarifárias e de controles de capital com os países da UE ainda se faz sentir. Fora do campo econômico, uma das consequências da adesão ao Espaço Schengen tem sido o acirramento de problemas de imigração. Com a proximidade da costa africana, Malta tem sido utilizada como entreposto de imigração ilegal para a Europa continental.

A cena da política internacional de Malta tem sido dominada por essa questão, tendo destaque um episódio, em 2008, em que o país e a Itália discordaram sobre qual país teria responsabilidade no auxílio a imigrantes ilegais africanos que haviam sido resgatados no território marítimo entre a Sicília e Malta. Ambos os países sofrem pressão da UE para diminuir o número crescente de imigrantes ilegais; Itália e Malta aceitam dois terços dos imigrantes que procuram por proteção, o triplo da média europeia.

O PM Gonzi alega, junto ao bloco europeu, que o custo financeiro e social que Malta tem pago pelo aumento na imigração é desproporcional com relação ao

tamanho e população do país. Após o fim de sua recente disputa, Malta e Itália acordaram levar a questão mais uma vez à Comissão Europeia, com o objetivo de obter um acordo de compensações por esse efeito migratório junto aos outros Estados-membros. Um novo acordo de imigração foi adotado pela UE em outubro último, permitindo a rápida realocação de pessoas que ganham proteção internacional e a rápida repatriação de imigrantes que não se qualifiquem, mas o documento é apenas um quadro voluntário, não vinculante.

As eleições ao Parlamento europeu, em junho último, também despertaram atenção, acarretando discussões domésticas sobre a questão da criação de empregos. Malta tem atualmente cinco assentos num Parlamento de 785; na última eleição, dois assentos foram ocupados pelo PN e três, pelo MLP.

ECONOMIA

Apesar da falta de recursos naturais locais e de um mercado doméstico de pouco mais de 400 mil pessoas, a economia maltesa tem sofrido transformações desde a independência, quando o foco principal era o provimento de serviços para as bases militares britânicas. No período pós-independência, priorizou-se a mudança da construção naval militar para a comercial, bem como o fomento do turismo e de indústrias têxteis, aproveitando-se a mão-de-obra barata e flexível do país.

No entanto, assim como em outras economias desenvolvidas, a produção de manufaturados está diminuindo em importância e agora responde por pouco mais de 16% do PIB, valor excessivamente baixo, mesmo para padrões ocidentais. Partes desse setor têm sido reestruturadas, com a diminuição da atividade de indústrias intensivas em mão-de-obra, como os setores têxtil e calçadista, e o aumento de atividades mais intensivas em capital, como os setores eletrônico e farmacêutico. Algumas das indústrias intensivas em mão-de-obra, como o processamento de alimentos e o setor de móveis, têm sido expostos a uma dura competição estrangeira, em decorrência queda de barreiras tarifárias trazida pela adesão à UE.

O setor de serviços continua sendo o principal motor do crescimento econômico de Malta, responsável por mais de 80% do PIB. Embora a indústria do turismo seja a atividade mais importante em termos de emprego e ganhos em moeda estrangeira, outros setores, como os serviços financeiros e as telecomunicações, assumiram relevância crescente nos últimos anos. Em 2006, Malta teve uma expansão significativa na indústria de apostas *online*, voltada inteiramente para mercados estrangeiros. O setor de construção também teve um “boom” recente.

No que tange aos serviços financeiros (ver **Relações com o Brasil**), Malta criou, em 2002, a Autoridade de Serviços Financeiros de Malta (MFSA), que se tornou o

órgão responsável pela aprovação de aplicações para o registro de todas as companhias no país. Em 2000, Malta firmou acordo com a OCDE, por meio do qual foi oficialmente removida da lista da organização de paraísos fiscais, em troca do estabelecimento de um escritório de combate à lavagem de dinheiro. Em março de 2002, o Governo maltês estabeleceu a Unidade de Análise de Inteligência Financeira, para o melhoramento da reputação de Malta como um centro de serviços financeiros.

A agricultura e a pesca (com a exceção da criação de atum) diminuem em importância há 30 anos, em decorrência da escassez de fontes comercialmente viáveis de água para irrigação e da poluição do Mar Mediterrâneo. A contribuição do setor para o PIB, em 2007, foi de apenas 2,5%.

Como bloco, a União Europeia é o principal parceiro comercial de Malta, responsável por cerca de metade dos intercâmbios comerciais. Os principais exportadores para Malta foram, em 2006, a França (15,1%), Cingapura (13%), EUA (12,8%) e Alemanha (12,3%); os principais importadores de produtos malteses foram a Itália (27,7%), o Reino Unido (10,4%), a França (8,6%) e a Alemanha (7,5%).

RELACOES BRASIL-MALTA

Brasil e Malta mantêm relações diplomáticas desde o ano de 1975. A Embaixada do Brasil junto ao Governo de Malta é cumulativa com a Embaixada em Roma, desde junho de 2010 (Decreto nº 7.200, de 2/06/2010). A Embaixada de Malta em Washington responde pelos assuntos malteses junto ao Governo Brasileiro. Desde 1993, o Cônsul Honorário em Valletta é o Senhor Louis Scerri Montaldo. Malta mantém consulados honorários no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Não há registro de visitas de caráter bilateral. No entanto, durante o II Fórum da Aliança de Civilizações, em Istambul, em abril de 2009, o então Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, entrevistou-se com seu homólogo maltês, Tonio Borg. Os assuntos foram as duas principais pendências da relação bilateral: cooperação financeira e isenção de vistos.

Na esfera financeira, Borg tratou do interesse maltês em assinar com o Brasil acordo para evitar a bi-tributação. Borg lamentou que na América Latina ainda prevaleça a percepção de que Malta é um paraíso fiscal “off-shore” e revelou ter seu Governo a intenção de enviar o Ministro maltês das Finanças ao Brasil e a outros países da região, de modo a esclarecer a situação do país e promover a negociação de acordos bilaterais.

O tema já havia sido tratado em outro encontro, entre o Ministro Borg e o Assessor Especial da Presidência da República, Professor Marco Aurélio Garcia, em maio de 2008, à margem da Cúpula América Latina e Caribe - União Europeia (ALC-UE).

No caso do Brasil, a classificação de Malta, pela Receita Federal, como país de “legislação tributária favorecida” impede a celebração de acordos financeiros desejados pelo país mediterrâneo. Malta teria interesse em assinar com o Brasil, além do já referido acordo para evitar a bi-tributação, também um “Acordo de Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos” (APPI). De todo modo, o Brasil só vem assinando APPIs com países de fora da América do Sul no contexto de acordos de livre-comércio, conforme determinado por Grupo de Trabalho Interministerial. No que tange a um eventual acordo para evitar a dupla tributação (ADT), a presença de Malta na lista de países com regime fiscal privilegiado aplicável às pessoas jurídicas constituídas sob a forma de “International Trading Company” (ITC) e “International Holding Company” (IHC) impede o encaminhamento de negociações.

Em sua defesa, o Governo maltês afirma que o regime IHC não existe no ordenamento jurídico de Malta e que o regime ITC deixou de existir em 1º de janeiro de 2011. Nesse contexto, Malta solicitou ao Governo brasileiro a retirada do nome do país das listas da Receita Federal.

Consultada a respeito, a Receita Federal ainda não emitiu parecer conclusivo sobre a solicitação maltesa, mas adiantou informalmente “dispor de informações de que Malta possui regime de holdings” e, portanto, não tenderá a favorecer o pleito maltês até que “o país encaminhe legislação comprovando a extinção do referido regime”.

Durante seu encontro com o Chanceler Tonio Borg, por ocasião da entrega de cartas credenciais, em maio de 2011, o Embaixador José Viegas Filho sugeriu a realização de uma missão das autoridades fiscais e financeiras de Malta ao Brasil, com o objetivo de dirimir as dúvidas que persistem sobre o tema. O Chanceler maltês tomou nota, com interesse, da proposta, que não foi, todavia, até o momento executada.

Outro tema caro às autoridades de Malta refere-se à isenção de vistos para cidadãos malteses que pretendam entrar no Brasil. O Governo maltês aboliu unilateralmente, em 2005, a exigência de vistos de turismo para os nacionais brasileiros que se dirijam àquele país. Desde então, as autoridades maltesas têm solicitado ao Governo brasileiro a isenção de vistos de turismo para seus cidadãos, como decorrência da aplicação do princípio de reciprocidade. Da parte brasileira, avanços na matéria estão relacionados a acordo mais amplo com a UE, ora em processo de ratificação pela parte brasileira.

Apesar das dimensões territoriais reduzidas e de sua pequena população, Malta apresenta dinamismo no plano econômico e político, principalmente tendo em conta sua localização central no Mediterrâneo.

No âmbito das relações bilaterais, cabe também fazer referência à fundamental colaboração do Governo maltês para que chegasse a bom termo a operação de evacuação de mais de 3.200 funcionários da Odebrecht que se encontravam em Trípoli, na Líbia, durante o início das hostilidades que ainda afetam aquele país. Naquela oportunidade, não apenas o Governo maltês acolheu todos os cidadãos brasileiros em seu território, graças à sua política de isenção de visto com relação aos nacionais brasileiros, como também permitiu o trânsito dos demais

funcionários daquela empresa que não se beneficiam do mesmo regime de vistos, principalmente vietnamitas e tailandeses, com vistas a possibilitar a sua pronta repatriação. Neste particular, a compreensão e disponibilidade demonstradas pelas autoridades migratórias de Malta, acionadas em caráter de emergência dada a natureza de ajuda humanitária da operação, em muito contribuiu para seu êxito.

É importante salientar que, na eleição para membro não permanente do Conselho Executivo do Fórum Internacional de Energia (IEF), ocorrida em maio de 2011, a candidatura maltesa (que não obteve sucesso) contou com o apoio unilateral do Brasil.

Finalmente, outro assunto frequentemente suscitado pelas autoridades maltesas nos contatos bilaterais com o Brasil refere-se ao nacional daquele país, Robert Duncan Petroni, que cumpre pena em prisão de Curitiba por tráfico internacional de drogas. Autoridades maltesas, nos mais diversos (e elevados) níveis, têm intercedido em nome da família para facilitar os contatos dos pais com Duncan Petroni. Nessas ocasiões, as autoridades maltesas sempre ressaltaram o caráter de ajuda consular (e tão somente) dos pedidos realizados. Mais recentemente, em abril, foi solicitado que aquele cidadão possa cumprir o restante de sua pena em prisão maltesa. O pedido foi encaminhado para análise das autoridades competentes no Brasil.

Comunidade Brasileira Estimada

Malta se acha sob a jurisdição consular do Consulado-Geral em Roma. Não há Consulado Honorário brasileiro no país, nem tampouco informações sobre residentes brasileiros na ilha. Há Consulado Honorário maltês no Recife.

COMÉRCIO E INVESTIMENTOS BILATERAIS

Embora estejam talvez ainda aquém das possibilidades, principalmente em termos de exportações brasileiras, os números do comércio bilateral apontam um pequeno aumento dos fluxos nos últimos anos. A corrente tem sido majoritariamente deficitária para o Brasil, que importa, principalmente circuitos integrados, microprocessadores e interruptores. As exportações brasileiras concentraram-se em açúcar, carne bovina e café solúvel.

No primeiro trimestre de 2012, a corrente de comércio bilateral totalizou US\$ 12,52 milhões, com déficit de US\$ 6,84 milhões para o Brasil.

Os principais investimentos de Malta no Brasil ocorrem nos setores de madeira e abate de reses, exceto suínos. De todo modo, os investimentos ressentiram-se da crise financeira internacional de 2009: os investimentos diretos malteses no Brasil caíram de US\$ 10 milhões, em 2007, para cerca de US\$ 840 mil, em 2009 (dados mais recentes disponíveis no Banco Central do Brasil).

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de contratos de empréstimos e financiamentos oficiais concedidos pelo Brasil. Tampouco há quaisquer atos referentes à renegociação de dívidas ou renúncia fiscal com a República de Malta.

Atos bilaterais

Não há registro de atos bilaterais celebrados entre o Brasil e a República de Malta.

CRONOLOGIA HISTÓRICA DE MALTA

Séc. LII a.C.	Primeiros indícios de habitação em Malta
Séc. X a.C.	Ilha é transformada em colônia fenícia
Séc. IV. a.C.	Cartagineses ocupam a ilha
Séc. III a.C.	Romanos dominam Malta
395	Ilha é cedida ao Império Romano do Oriente
870	Malta é conquistada por muçulmanos
1090	Conde Rogério conquista a ilha e cria a nobreza de Malta
1245	Árabes são expulsos e Malta passa ao controle da Sicília
1518	Malta passa a pertencer à coroa espanhola
1530	Ilhas são cedidas à Ordem de São João de Jerusalém (Ordem de Malta)
1798	Napoleão invade e toma o país
1800	Grã-Bretanha expulsa os franceses e instalam base
1814	Malta passa a ser oficialmente parte do Império britânico
1947	País passa a ser governado autonomamente
1964	Malta se torna formalmente independente
1971	Dominic Mintoff (MLP) assume como Primeiro Ministro
1974	País adere ao regime republicano da Commonwealth
1979	Britânicos evacuam base militar
1984	Mintoff é substituído por Mifsud Bonnici (MLP)
1987	Edward Adami (PN) assume como Primeiro Ministro
1990	Malta solicita adesão à UE
1996	Alfred Sant (MLP) assume como Primeiro Ministro
1998	Edward Adami (PN) volta a ser Primeiro Ministro
2004	Malta torna-se membro da União Européia
2004	Lawrence Gonzi (PN) substitui Adami como Primeiro Ministro
2008	Malta adota o Euro como moeda

Aviso nº 716 - C. Civil.

Em 15 de agosto de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor RICARDO NEIVA TAVARES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Italiana, e, cumulativamente, junto à República de San Marino e à República de Malta.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

. (À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, em 22/08/2012.